



REFLETINDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE CIBERCULTURA, LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL

REFLECTING UPON THE RELATIONS BETWEEN CYBERCULTURE, LITERACY AND DIGITAL INCLUSION

Juliana Gomes Macedo¹

Dilton Ribeiro Couto Junior²

Luciana Velloso³

RESUMO: O desenvolvimento tecnológico promoveu profundas transformações no consumo e produção de informações, desencadeando novas formas de interagir com o conhecimento e a cultura. Com a emergência das mídias digitais, as comunidades virtuais e outros espaços da internet têm criado a possibilidade de fortalecer os laços sociais e as dinâmicas de interação com o outro pela intensa troca de informações. O letramento e a inclusão digital hoje apresentam novos desafios que precisam ser superados a partir da implementação de políticas de inclusão digital comprometidas com uma formação de professores atenta aos novos processos de ensinar e aprender que emergem com a cibercultura. Considerando os modos pelos quais os sujeitos se relacionam com o conhecimento e a cultura hoje a partir de experiências cada vez mais mediadas pelas tecnologias digitais, apresentamos uma discussão sobre as relações entre o letramento associado à inclusão digital. Ao longo do texto, tecemos inúmeras reflexões que nos levam a entender que a noção de ser letrado e estar incluído digitalmente a partir da vivência nas práticas sociais da cibercultura é mais do que possuir computadores, mas usar as tecnologias digitais de forma crítica e reflexiva. Para isso, a promoção de políticas públicas de acesso e democratização de tais recursos faz-se necessária para transformar *bits* em conhecimento e garantir que o cidadão do século XXI esteja engajado e atento aos seus direitos sociais e humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Letramento. Inclusão Digital. Cibercultura.

ABSTRACT: Technological development has promoted profound transformations in consumption and production of information, triggering new ways to interact with knowledge and culture. With the emergence of digital media, virtual communities and other Internet spaces have created the possibility of strengthening social ties and dynamic interactions with the other by the

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). Implementadora e Supervisora do Campus EAD da Faculdade Gama e Souza. E-mail: profjmacedo@gmail.com

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). E-mail: junnior_2003@yahoo.com.br

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd/UERJ). E-mail: luclucianavss@gmail.com



intense sharing of information. Literacy and digital inclusion today present new challenges that needs to be overcome by the implementation of digital inclusion policies compromised with a teacher training in tune to the new learning processes that emerge with cyberculture. Considering the ways in which the subjects relate to the knowledge and culture today from experiences increasingly mediated by digital technologies, we present a discussion on the relation between literacy associated with digital inclusion. Throughout the text, innumerable reflections lead us to understand that the notion of being literate and be digitally included from the experience of social practices of cyberculture is more than the possession of computers, but to use digital technologies in a critic and reflexive way. For this reason, the promotion of public policies of access and democratization of these resources is needed to transform bits in knowledge and ensure that the citizens of the 21st century are engaged and in tune to their human and social rights.

KEY WORDS: Literacy. Digital Inclusion. Cyberculture.

INTRODUÇÃO

Os primeiros computadores (calculadoras programáveis capazes de armazenar os programas) surgiram na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1945. Por muito tempo reservados aos militares para cálculos científicos, seu uso civil disseminou-se durante os anos 60. Já nessa época era previsível que o desempenho do hardware aumentasse constantemente. Mas que haveria um movimento geral de virtualização da informação e da comunicação, afetando profundamente dados elementares da vida social, ninguém, com a exceção de alguns visionários, poderia prever naquele momento. (LÉVY, 1999, p. 31)

A presença cada vez mais marcante de aparatos tecnológicos na sociedade contemporânea vem evidenciando profundas mudanças organizacionais, econômicas, culturais e sociais, que acabam modificando a maneira como pensamos, conhecemos e interagimos com o mundo. Vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social e político da vida humana, e muito disso deve-se à incorporação das diferentes tecnologias na vida dos sujeitos, conforme evidencia Lévy (1999) na citação com a qual iniciamos o texto. Ao longo de nossa vida, são exigidas mudanças por parte do ser humano – mudanças que dizem respeito às necessidades de ordem cultural, social, física e política. As novas formas de aprender e ensinar na interação com as mídias digitais tornam a relação dos sujeitos com esses meios um campo fértil e interessante para a educação.

Segundo Guerra (2000, p. 7), “o conhecimento é o combustível básico e obrigatório das ações humanas”. O autor acrescenta ainda que o poder de um povo/sociedade é determinado



pela capacidade de gerar e dominar conhecimentos, diferenciando assim o ser humano dos outros animais onde o poder é sinônimo de força física. Podemos então dizer que vivemos numa época em que o domínio do conhecimento representa condição necessária para a sobrevivência. Nesse sentido, compreendendo que a produção de novos conhecimentos é cada vez mais necessária, podemos indagar sobre como os meios tecnológicos poderiam potencializar novas formas de aprender e ensinar com o outro?

Atualmente, os avanços tecnológicos e sua penetração nas atividades e ações humanas foram se tornando cada vez mais naturalizados, por exemplo, em âmbito doméstico e profissional. Além disso, o domínio tecnológico

[...] representa uma vantagem competitiva imprescindível para as organizações, já que permite revolucionar processos e projetos, alcançar mais resultados com menos tempo e capital, favorecendo o aumento de produtividade e, conseqüentemente, da sua competitividade no mercado. (GUERRA, 2000, p. 8)

O exponencial desenvolvimento tecnológico vem tornando necessário um olhar mais cuidadoso sobre uma formação de professores que esteja atenta aos novos modos de aprender e ensinar da cultura digital. Entendendo que “novas relações com o saber vão se instituindo num processo híbrido entre o homem e a máquina” (SANTOS, 2002, p. 121), seria importante possibilitar que professores vivenciem as práticas sociais da cibercultura como forma de aprender com as/nas diversas interfaces digitais numa relação com o outro que seja mediada pelo computador.

Os processos comunicacionais mediados pelas diferentes tecnologias abarcam o uso de imagens, textos e sons, propiciando a produção de novos conhecimentos e promover uma educação para o século XXI com “espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa uma posição singular e evolutiva” (LÉVY, 1999, p. 158). Para Morin (1997), é através do entendimento sobre a construção do conhecimento que a educação busca uma melhor compreensão sobre as redes de complexidades, reestruturando a “inteligência geral” e ressignificando a forma como as ideias são produzidas e compartilhadas.



Com base nas considerações supracitadas, o texto tem como objetivo tecer reflexões sobre o letramento e a inclusão digital, temas que merecem destaque no atual cenário da cibercultura.⁴ Quais as distinções entre alfabetização e letramento digital? O que é ser letrado no âmbito das práticas sociais da cultura digital? Quais os desafios a serem enfrentados pelos professores no trabalho com os processos de leitura e escrita mediados pelas tecnologias digitais? A inclusão digital se constitui apenas como o mero acesso aos meios midiáticos? Qual o papel da educação na promoção de ações eficazes contra a exclusão digital? De que forma as políticas públicas de inclusão digital podem contribuir para a modificação do atual cenário educacional brasileiro? Como a inclusão digital vem reconfigurando e reorganizando os movimentos políticos, sociais e educacionais? As questões norteadoras aqui traçadas nos permitem buscar alguns olhares sobre o letramento e a inclusão digital na cibercultura.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Considerando os modos pelos quais os sujeitos se relacionam com o conhecimento e a cultura hoje, não há como negar que “as experiências mediadas por tecnologias que utilizam a realidade virtual abrem novas janelas nos processos de criação” (ALVES, 2006, p. 219). Os avanços tecnológicos permitiram que a leitura e a escrita fossem desenvolvidas em outros suportes, como a tela. *Desktops, laptops, netbooks, tablets* e *smartphones* permitem que os sujeitos produzam e divulguem informações no ciberespaço. Para Primo (2013, p. 17), diferentemente dos meios de comunicação de massa, “não há como deixar de reconhecer a importância política da liberdade de expressão promovida pelas interfaces fáceis e baratas (ou gratuitas) dos meios digitais”.

Conforme nos indica Soares (2001), foi no contexto das grandes transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas que o termo letramento surgiu, ampliando o sentido

⁴ Adotamos aqui a mesma visão de Ferreira (2012, p. 192) sobre a cultura digital. Longe de ser compreendida apenas como a cultura do ciberespaço, ela “nasce de uma apropriação das mídias digitais, dos usos que reconfiguram as lógicas comunicacionais, educacionais, econômicas, políticas, culturais”.



do que tradicionalmente se conhecia por alfabetização. Ainda de acordo com Soares (2002), a palavra letramento é o estado resultante da ação de “letrar”, que designa a ação educativa de desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e de escrita para além do apenas ensinar a ler e a escrever, do alfabetizar. Nos dizeres de Soares (2002), “alfabetizar é ensinar a ler e escrever, é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever; alfabetização é ‘ação de alfabetizar’” (p. 31), enquanto “letramento é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais” (p. 39).

A base do letramento é a compreensão do ato de ler o mundo de forma crítica e reflexiva; é o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e da escrita. Segundo Soares (2001), a diferença entre alfabetizado e letrado perpassa as questões essenciais da leitura e da escrita. O indivíduo alfabetizado não é obrigatoriamente um indivíduo letrado, visto que este pratica socialmente a leitura e a escrita e é capaz de atender às necessidades sociais desse processo.

De acordo com as tecnologias da informação e comunicação (TICs), o letramento digital vai além do mero uso do computador na produção de um texto, mas se revela pelo uso do conhecimento adquirido mediante as possibilidades do computador/internet. E com a emergência da rede mundial de computadores, o leitor contemporâneo vem entrando em contato, segundo Santaella,⁵ com um “roteiro multilinear, multissequencial e labiríntico que ele próprio ajudou a construir ao interagir com os nós entre palavras, imagens, documentação, músicas, vídeo etc.”. Isso implica em novas possibilidades e desafios no trabalho com a leitura e a escrita em sala de aula – leitura e escrita que vem sendo mediadas também pelas tecnologias digitais em rede.

Dessa forma, ser letrado no âmbito dos processos comunicacionais da cultura digital está diretamente relacionado ao uso prático que é feito dos recursos oferecidos pelas tecnologias, assim como complementa Braga (2007, p. 187) ao dizer que “o letramento digital abre espaço de acesso ao conhecimento e ao contato social; acessos não possibilitados pelas práticas letradas

⁵ Texto disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/cos/epe/mostra/santaell.htm>>. Acesso em: 3 maio 2008.



anteriormente”. A autora nos mostra que, com a emergência das mídias digitais, as comunidades virtuais e outros espaços na internet vêm apresentando uma intensa dinâmica de troca e compartilhamento de informações a partir dos diferentes interesses dos sujeitos.

Diante dos desafios do letramento digital, apontamos a necessidade de repensar frases como “a tecnologia substituirá os professores”. Esse tipo de afirmação nos leva a repensar o papel do professor e a função das tecnologias em ambientes educacionais. Acreditamos, contudo, que a tecnologia é capaz de propiciar mudanças na forma como interagimos com outros sujeitos e com as informações e, conseqüentemente, na maneira de ensinar e aprender. Isso implica na ideia de que, nas práticas sociais da cibercultura, professores e alunos são, igualmente, “ensinantes” e “aprendentes”. Sendo assim, Ramal (2000, p. 2) nos leva a refletir a partir da seguinte pergunta:

[...] será que o professor vai ser substituído pelo computador? E sabemos que a resposta é sim, não temos a menor dúvida... Explico: é que o pior de nós vai ser substituído. A nossa pior aula, o lado repetitivo, burocrático e por vezes até acomodado da escola, esse vamos deixar para o computador. Ele saberá transformar nossas exposições maçantes em aulas multimídia interativas, em hipertextos fascinantes, em telas coloridas e interfaces amigáveis preparadas para a construção do saber. Então poderemos, finalmente, ficar com a melhor parte. Aquela para a qual não nos sobrava tempo, porque pensávamos que devíamos transmitir conhecimentos.

Ramal (2000) nos instiga a propor novas conexões e trabalhos colaborativos a favor da partilha dos sentidos. Para que isso aconteça, a autora desafia cada mestre a se despir das certezas absolutas, incorporando à prática pedagógica atividades que promovam aprendizagens coletivas entre os sujeitos da aprendizagem. Neste enfoque, alunos e professores ocupam papel central nos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a formação de uma “aldeia global”⁶ capaz de ressignificar a forma como os conhecimentos são trabalhados em sala de aula. Uma coisa é certa, segundo Ramal: “são necessárias novas pesquisas para verificar quem é o sujeito da

⁶ O conceito de “aldeia global” foi inicialmente definido por McLuhan com a proposta de retratar as raízes das redes de conexões atuais que favorecem a comunicação (minimizando distâncias) e promovendo as relações sociais, culturais e econômicas de forma rápida e eficiente (ÉRICO; MARQUES, 2008).



educação hoje. Para começar, já sabemos que é alguém que interage com uma máquina, um dispositivo mediador a partir do qual se (re)conhece o mundo.”⁷

Entendemos que a escola poderia beneficiar-se em conhecer as aprendizagens que estão se constituindo na relação dos sujeitos com as tecnologias digitais, potencializando o espaço escolar no sentido de se estar atento às novas formas de aprender dos alunos e professores. Para isso, faz-se imprescindível alertar para o fato de que

a escola pode e deve intensificar o diálogo entre a cultura escolar e a cultura midiática ao oferecer oportunidades de produção de narrativas de autoria dos estudantes com o uso de novas linguagens e tecnologias. (OROFINO, 2005, p. 29)

Isso significa adotar uma nova perspectiva de trabalhar os conhecimentos com os estudantes, aliando tecnologia e aprendizagem, rompendo com práticas escolares que ainda insistem em basicamente privilegiar os “textos impressos que, normalmente, constituem a biblioteca escolar” (OSWALD, 2007, p. 2). É importante, portanto, reconhecer que o letramento também vem ocorrendo a partir de processos de leitura e escrita mediados pelo computador.

Podemos identificar que a incorporação e os usos das mídias digitais em sala de aula requerem a promoção de políticas de inclusão digital comprometidas com uma formação de professores atenta aos novos processos de ensinar e aprender que emergem com a reorganização da vida social a partir da mediação da cultura digital.

INCLUSÃO DIGITAL⁸

As tecnologias digitais em rede promoveram profundas mudanças sociais na forma como o ser humano vem interagindo. Entretanto, a educação formal precisa ser questionada, pois muitas vezes desconsidera o potencial que os processos de ensino-aprendizagem mediados pelas mídias digitais poderiam proporcionar. De acordo com Lemos e Lévy (2010, p. 42), “um homem

⁷ Texto disponível em: <<http://www.uol.com.br/aulasecursos>>. Acesso em: 20 ago. 2013

⁸ O termo exclusão digital se popularizou sobretudo na década de 1990, com a chegada da informática às residências e aos locais de trabalho (BONILLA; OLIVEIRA, 2011).



pré-histórico não teria podido imaginar o mundo contemporâneo, suas instituições, suas ciências e suas técnicas”. Os autores também comentam, não sem um teor de ironia, que, diante da “velocidade alcançada hoje pela evolução cultural, somos talvez os homens pré-históricos de nossos netos”.

Em pleno século XXI, as relações de ensino e aprendizado ainda nos parecem apresentar certa tendência de ignorar os diferentes ritmos do alunado, valorizando e exigindo muitas vezes “respostas prontas e corretas”, em detrimento do processo e do percurso construídos pelos estudantes na produção do conhecimento. Diante das transformações ocorridas na sociedade e de suas repercussões na educação, Litto⁹ apresenta um cenário preocupante e que diz respeito ao uso da tecnologia na formação de professores:

[...] o meu grande pesadelo dos últimos tempos é ver um Brasil daqui a vinte anos com milhões de trabalhadores sentados diante de computadores ligados às redes internacionais, e por não terem aprendido a fazer perguntas certas levam dez vezes mais tempo do que o necessário para achar a informação exigida.

Estamos vivendo o que Castells (1999) denominou de “sociedade em rede”, caracterizada como sociedade informacional, estruturada em torno das tecnologias de informação e comunicação. Sobre este assunto, Giddens (2002, p. 69-70) nos diz que

[...] a globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam.

Não há consenso sobre as discussões que giram em torno das TICs nos processos de inclusão digital. Bonilla e Oliveira (2011, p. 24) propõem questões centrais que nos ajudam a pensar melhor sobre a inclusão digital no Brasil:

O tema inclusão digital tem assim suscitado diversas discussões. Os significados e objetivos atribuídos ao termo têm motivado intensos debates na comunidade

⁹ Texto disponível em: <<http://lect.futuro.usp.br/site/doprofessor/litto1.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2004.



acadêmica. Treinar pessoas para o uso dos recursos tecnológicos de comunicação digital seria inclusão digital? Para alguns autores, tais iniciativas não seriam suficientes para incluir digitalmente. Democratizar o acesso a tais tecnologias seria, então, incluir digitalmente?

A exclusão também se apresenta intimamente relacionada com as desigualdades socioeconômicas. Entretanto, é preciso reconhecer que o mero acesso às tecnologias digitais em rede não garante que estejamos incluídos digitalmente. Mais do que isso, a exclusão também caminha no bojo das potencialidades que as tecnologias digitais oferecem na participação social do cidadão. Acreditamos que a inclusão digital vai além da posse de uma determinada tecnologia, envolvendo também sobre as reapropriações dos sujeitos pelas informações consumidas e os conhecimentos produzidos em rede.

No intuito de aproximar as discussões que articulam os temas da inclusão digital com a inclusão social atrelada à discussão sobre cidadania, entendemos, de acordo com Primo (2013, p. 17), que os movimentos que ocorrem nas redes sociais da internet, característicos das práticas de ciberativismo, “comprovam a força dos meios digitais para a articulação, mobilização e ações políticas”. Dito isto, fica cada vez mais difícil separar as práticas sociais dos meios digitais, que vêm fortalecendo a nossa relação com outros cidadãos e aumentando o nosso engajamento social e político não apenas nos espaços físicos das cidades, mas também nas redes sociais da internet.

Nesse sentido, Recuero (2013) sinaliza que *sites* de redes sociais da internet, como o Orkut, trouxeram contribuições para que os pesquisadores pudessem compreender a relação entre os espaços físicos (*off-line*) e os espaços eletrônicos (*on-line*) nos laços sociais e afetivos construídos entre as pessoas. Nas palavras da autora, “ninguém esperava que essas ferramentas tivessem um impacto tão profundo nas redes sociais e que sua transmutação para o ambiente on-line pudesse igualmente impactar de forma tão pungente as práticas sociais também no espaço *off-line*” (RECUERO, 2013, p. 51).

Segundo Silva Filho (2004), a inclusão digital está sustentada no tripé *tecnologias, renda e educação*, indissociáveis entre si. Considerando a educação algo primordial na promoção de ações eficazes a favor da inclusão digital, é necessário compreendê-la a partir de uma perspectiva capaz de desenvolver uma crescente rede de interações flexíveis interconectadas – interações que



produzam novos conhecimentos e cultura. Com a emergência da internet e da conversa mediada pelo computador, é possível “conhecer melhor o Outro, estabelecer relações e construir os laços sociais que vão estruturar os grupos sociais e a sociedade como um todo” (RECUERO, 2013, p. 53).

Segundo o Mapa da Exclusão Digital da Fundação Getúlio Vargas,¹⁰ publicado em 2009, a inclusão digital pode ser definida pela porcentagem de pessoas com acesso ao computador e à internet. Certas metodologias de pesquisa para levantamento de dados, todavia, consideram apenas a posse e o acesso das pessoas. Além disso, em países como o Brasil, muitas vezes desconsidera-se o número de pessoas que acessam a internet em espaços como a casa de amigos/familiares e as *lan houses*. No entanto, vale ressaltar que a elaboração de polos com acesso à internet, as redes Wi-Fi espalhadas pelos bairros das grandes cidades e a distribuição de computadores portáteis para alunos e professores fazem parte de políticas de inclusão digital que visam à criação de “novas condições para a emergência de uma cidadania planetária em uma nova esfera pública mundial” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 60).

Diante disso, seria interessante refletir sobre as possibilidades de uso das tecnologias digitais em rede quando estas se encontram descontextualizadas da vida de alunos, professores e de outros cidadãos. Pretto (2002, p. 124) alerta para o fato de que, muitas vezes, “as escolas passam a ser equipadas com essas chamadas novas tecnologias, mas o sistema educacional, em última instância, permanece o mesmo”. Nessa perspectiva, mesmo com a incorporação das tecnologias em sala de aula, o processo de inclusão digital pode se tornar ainda mais desafiante quando a prática pedagógica, mesmo acrescida dos meios midiáticos, continua centralizada na figura do professor e desconsidera a relação dos estudantes com esses meios. Concordamos com Lemos (2011, p. 18), que reforça a necessidade de

[...] reconhecer o surgimento de novos formatos culturais e saber que eles precisam ser pensados em projetos de inclusão digital. Esses se caracterizam pela possibilidade de não apenas consumir informação em deslocamento (o que

¹⁰ Documento disponível em: <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/apresentacao/apresentacao.html>. Acesso em: 27 nov. 2009.



fazemos ao ouvir rádio, ler um livro ou jornal nos transportes públicos – ônibus, carros, barcos, aviões), mas também de produzir e distribuir informação. Essa possibilidade ampliada com os dispositivos móveis e sistemas acessíveis como blogs, sites de redes sociais ou SMS via telefones celulares são hoje instrumentos importantes de luta política, de organização e mobilização social e de circulação livre de informação.

A inclusão digital cria novas formas de engajamento social através da apropriação das tecnologias digitais em rede. Lemos e Lévy (2010) defendem a chamada “ciberdemocracia planetária” a partir dos usos livres, abertos e coletivos proporcionados pelas diferentes tecnologias digitais, que ajudam na criação de um internauta mais participativo e engajado com as questões políticas, sociais e econômicas. Seria importante reconhecer a inclusão digital à luz das dinâmicas da cibercultura: como um caminho de “troca entre amigos, entre parceiros, possibilitando a dinâmica de produção colaborativa com uma intensificação da produção de conhecimentos e culturas” (PRETTO, 2010, p. 7). Frente a isso, propiciar que professores e estudantes vivenciem as práticas sociais da cibercultura é promover formas de inclusão digital cuja liberdade de expressão seja potencializada pelos usos das mídias digitais.

SINALIZANDO NOVOS LINKS

As facilidades com as quais os sujeitos vêm interagindo e se comunicando na contemporaneidade a partir do uso das diferentes tecnologias digitais exigem que sejam repensados antigos processos de leitura e de escrita baseados na linearidade do texto impresso. Atualmente, novas formas de entrar em contato com as informações emergem em um contexto cultural nitidamente marcado pela presença do digital. De acordo com Santos e Silva (2009, p. 270), o digital “confere aos interagentes a liberdade de manipular infinitamente os dados digitalizados, criando e recriando novas possibilidades de representação e de navegação”. Isso significa maior facilidade e dinamicidade na produção, consumo e troca de informações com



outros sujeitos geograficamente dispersos. Segundo Alves, Japiassu e Hetkowski,¹¹ “A colaboração na/em Rede, sem dúvida, pode contribuir para a emancipação do sujeito engajando-o em um genuíno processo de construção autônoma de novos conhecimentos e saberes” – construção esta que pode ser colaborativa e tecida entre muitos usuários a partir do compartilhamento e discussão não unicamente por meio de mensagens de texto, mas também através de vídeos ou de imagens, por exemplo. Vale ressaltar que, de acordo com Lemos (2002, p. 113), seria preciso “superar o paradoxo e vislumbrar que, no ciberespaço, podemos estar sós sem estarmos isolados”, justamente pela possibilidade de a rede mundial de computadores ser um ambiente agregador de *chats*, fóruns etc., que promovem encontros sociais entre inúmeras pessoas de diferentes regiões do mundo.

Não obstante a importância de se discutir as profundas transformações sociais com a emergência dos artefatos tecnológicos, também é imprescindível focalizarmos as apropriações dos sujeitos diante das possibilidades interativas e comunicacionais das mídias digitais, presentes no cotidiano de milhões de internautas brasileiros. Os artefatos tecnológicos permitem que a informação e o entretenimento estejam constantemente sendo apresentados às pessoas de forma dinâmica e diversa: por meio de imagens, textos, músicas, filmes, programas televisivos, shows musicais, jogos eletrônicos, *websites* da internet etc. De acordo com Pretto, Souza e Rocha (2011, p. 163), o distanciamento e a falta de envolvimento com o mundo da informática “cada vez mais coloca[m] o indivíduo à margem dos benefícios que a tecnologia contemporânea vem proporcionando, no mundo do trabalho, dos negócios ou atividades de lazer”.

De acordo com Bonilla e Oliveira (2011, p. 43), o uso pleno das TICs propicia que o cidadão do século XXI esteja atento aos seus direitos sociais e humanos, participando de “processos horizontais que estruturam as bases para a constituição de uma nova organização social”. Portanto, pensar na inclusão digital é ir além da aquisição de computadores de última geração e de ofertas de cursos técnicos de informática para professores e estudantes, buscando

¹¹ Texto disponível em: <<http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/hipertexto/autonomo.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2009.



“maneiras de compartilhar a cultura digital como experiência democrática, capaz de ampliar o acesso ao saber, à arte e à cultura” (DARDEAU, 2009).

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn. Jogos eletrônicos – novos locus de aprendizagem. In: CHAGAS, Claudia Maria de Freitas; ROMÃO, José Eduardo Elias; LEAL, Sayonara (Orgs.). *Classificação indicativa no Brasil: desafios e perspectivas*. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2006, p. 215-228.

_____; JAPIASSU, Ricardo; HETKOWSKI, Tânia Maria. *Trabalho colaborativo na/em rede: entrelaçando trilhas*. Disponível em: <<http://www.comunidadesvirtuais.pro.br/colaborativo/01.htm>>. Acesso em 26 ago. 2009.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (Orgs.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 23-48.

BRAGA, Denise Bértoli. Práticas letradas digitais: considerações sobre as possibilidades de ensino e de reflexão social crítica. In: ARAUJO, Julio Cesar (Org). *Internet e Ensino. Novos gêneros, outros desafios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 181-195.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade – a era da informação: economia, sociedade e cultura; volume 2, 3ª ed.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DARDEAU, Tiago Cabral. Cultura digital – desafio para a escola. *Jornal Eletrônico Educação & Imagem*, v. 2, n. 13, maio 2009.

ÉRICO, Oda. MARQUES, Cícero Fernandes. *Gestão das funções organizacionais*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

FERREIRA, Helenice Mirabelli Cassino. A mediação dos dispositivos móveis nos processos educacionais. *Revista Teias*, v. 13, n. 30, p. 187-204, set./dez. 2012.



GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2002.

GUERRA, João Henrique Lopes. *Utilização do computador no processo de ensino-aprendizagem: uma aplicação em planejamento e controle de produtos*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, USP, São Carlos, 2000.

LEMOS, André. Aspectos da cibercultura: vida social nas redes telemáticas. In: PRADO, José Luiz Aidar (Org.). *Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hacker, 2002. p. 112-129.

_____. Prefácio. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (Orgs.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 15-21.

_____; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. Prefácio à edição brasileira. A mutação inacabada da espera pública. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 9-20.

_____. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LITTO, Frederic. Repensando a educação em função de mudanças sociais e tecnológicas e o advento de novas formas de comunicação. In: Congresso Ibero-Americano de Informática educativa na Colômbia, 1996. *Anais...* Colômbia, 1996. Disponível em <<http://www.c5.cl/ieinvestiga/ribie96.htm>>. Acesso em 2 fev. 2004.

MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX: neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

OROFINO, Maria Isabel. *Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade*. São Paulo: Cortez, 2005.



OSWALD, Maria Luiza. A relação do jovem com a imagem: um desafio ao campo de investigação sobre a leitura. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Educação, 30., 2007, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Espaço Livre, 2007, p. 1-15.

PRETTO, Nelson De Luca. Formação de professores exige rede! *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 20, n. 20, p. 121-131, maio/jun./jul./ago., 2002.

_____. Professores universitários em rede: um jeito hacker de ser. In: ENDIPE, 15., 2010, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 1-15.

_____; SOUZA, Joseilda Sampaio; ROCHA, Telma Brito. Tabuleiro digital: uma experiência de inclusão digital em ambiente educacional. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (Orgs.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 163-182.

PRIMO, Alex. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: PRIMO, Alex (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013, p. 13-32.

RAMAL. Andrea Cecília. O computador vai substituir o professor? *Revista Anlas e Cursos*, mar. 2000. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/aulasecursos>>. Acesso em: 15 maio 2001.

_____. Ler e Escrever na Cultura Digital. *Revista on-line de Educação a Distância*. Disponível em: <<http://www.revistaconecta.com/destaque/educacao04.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2010.

RECUERO, Raquel. Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais da internet. In: PRIMO, Alex (Org.). *Interações em rede*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013, p. 51-69.

SANTAELLA, Lucia. *A leitura fora do livro*. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/pos/cos/epe/mostra/santaell.htm>>. Acesso em: 3 maio 2008.

SANTOS, Edméa Oliveira. Formação de professores e cibercultura: novas práticas curriculares na educação presencial e a distância. *Revista da FAEEDBA*, Salvador, v. 11, n. 17, p. 113-122, jan./jun., 2002.



_____. SILVA, Marco. O desenho didático interativo na educação *online*. *Revista Iberoamericana de Educación*, n. 49, p. 267-287, 2009.

SILVA FILHO, A. M. Inclusão Digital: em busca do tempo perdido. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 40, set. 2004.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

_____. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.

THOMPSON, John. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.